



Rosto(s) da cidade: hegemonia e subalternidade no processo de revitalização do centro histórico de Curitiba

Faces of the City: Hegemony and Subalternity in the Revitalization Process of Curitiba's Historic Center

Kauan Arthur Fonseca Lunardon^[a]

Cidade, UF, País

^[a] Universidade Federal Fluminense (UFF)

Como citar: Lunardon, K. F. (2025). Rosto(s) da cidade: hegemonia e subalternidade no processo de revitalização do centro histórico de Curitiba. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 17, e20240133, 2025. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.017.e20240133>

Resumo

O presente texto tem como objetivo realizar uma abordagem crítica, através dos conceitos de hegemonia e subalternidade, do programa público de revitalização urbana “Rosto da Cidade”, levado à cabo no centro histórico de Curitiba/PR, desde 2019. As relações entre patrimônio urbano e memória coletiva se explicitam nesses tipos de projeto, que muitas vezes são utilizados para a reprodução das narrativas históricas hegemônicas. Ao passo que a cidade antiga é engolida pela metrópole, surge o conceito de centro histórico, e cria-se a necessidade de conservação. Embora o centro histórico de Curitiba seja uma área complexa com relação a seus usos e apropriações, o programa em questão não leva em conta tais idiossincrasias, remetendo-se tão somente a reparos nas fachadas dos edifícios, e admitindo como principal inimigo as pichações. A partir da crítica surgem os interstícios nos quais práticas subalternas resistem no centro histórico, dentre as

quais citamos três: as competições de poesia falada, os Slams, que ocorrem no Largo da Ordem; a Linha Preta, circuito turístico de recuperação de espaços de memória afrodescendente; e a pixação, prática social de apropriação dos muros da cidade através de escritos.

Palavras-chave: Patrimônio; revitalização urbana; direito à cidade; Curitiba.

Abstract

This text aims to provide a critical analysis, through the concepts of hegemony and subalternity, of the public urban revitalization program “Rosto da Cidade” (Face of the City), implemented in the historic center of Curitiba, Paraná, since 2019. The interplay between urban heritage and collective memory becomes evident in such projects, which often serve to perpetuate hegemonic historical narratives. As the old city is engulfed by the expanding metropolis, the concept of a historic center emerges, necessitating conservation efforts. Despite the complexity of the historic center of Curitiba in terms of its uses and appropriations, the program under discussion fails to acknowledge these idiosyncrasies, focusing merely on facade repairs and targeting graffiti as its main adversary. Through critique, the interstices where subaltern practices persist in the historic center become apparent. Notable examples include three activities: spoken word poetry competitions, known as Slams, held in Largo da Ordem; the Linha Preta (Black Line), a tourist route that recovers Afro-descendant memory spaces; and the “píx”, a social practice of claiming city walls through writings.

Palavras-chave: Heritage; urban revitalization; right to the city; Curitiba.

Introdução

As cidades, sejam elas invisíveis e metafóricas como as de Marco Polo, ou mesmo materialmente experienciadas, contam histórias. Elas contam histórias ao mesmo tempo que são resultado de histórias, isto é, não apenas de uma narrativa dominante, mas do encontro de trajetórias espaço-temporais (Massey, 2009). Não obstante, o esforço em recuperar uma narrativa mnemônica pode ser utilizado a favor da legitimação daquelas dominantes. Apesar de ser impossível trazer o passado de volta, é possível, e muito interessante a certos grupos, selecionar entre as trajetórias espaço-temporais que configuraram um lugar, aquelas que merecem ser mostradas e aquelas que devem ser escamoteadas, colaborando assim para a manutenção da geometria de poder em voga. Com o intuito de elaborar criticamente essa constatação, o presente artigo analisa o projeto de revitalização do centro histórico de Curitiba-PR levado à cabo pela atual gestão municipal (2016-2024), o programa “Rosto da Cidade”, estabelecido em 2019 e, até o momento de escrita desse texto, em execução.

O programa em questão, “idealizado pelo Prefeito Rafael Greca (...) e contando com parceiros oficiais e privados”, segundo publicação oficial, “nasceu para requalificar e valorizar o Centro tradicional de Curitiba como área de moradia, turismo, lazer, comércio e prestação de serviços” (IPPUC, 2019), tendo como foco primordial a recuperação da paisagem urbana através da reforma de fachadas de edifícios históricos degradados. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se apresenta ao público como uma iniciativa de cuidado com o patrimônio histórico da cidade, busca a “consolidação de uma imagem agradável, a partir de ações pontuais estéticas no espaço”, e assim “aproxima-se da concepção da cidade tornada mercadoria” (Bortolozzo & Comitre, 2022, p. 252).

Isso não se dá apenas em Curitiba, pelo contrário, se coloca na vereda de muitas experiências do “Planejamento Estratégico” (Borja & Forn, 1996; Vainer, 2000), sobretudo no que tange às “políticas de promoção da cidade”, que englobam, entre outras coisas, a “ordenação urbana de centros históricos” (Borja & Forn, 1996, p. 34). Nesse cenário, as intervenções de tipo “re” (re-vitalização; re-cuperação; re-construção) tem-se mostrado largamente utilizadas pelas administrações locais, muitas vezes associando-se à iniciativa privada.

Com o intuito de analisar criticamente o programa “Rosto da Cidade”, organizei o presente artigo em quatro sessões. Na primeira, fundamento as relações entre memória coletiva e o patrimônio histórico urbano, a partir das noções gramscianas de hegemonia e subalternidade. Na segunda sessão, é realizado um breve apanhado histórico relacionando a formação social e política de Curitiba com a história do planejamento urbano da cidade. A partir da teoria da produção do espaço, de Henri Lefebvre (2013), argumento, na terceira sessão, que programas de revitalização como o “Rosto da Cidade”, ao propor um tipo de “reprodução do espaço fundamentada pelo viés paisagístico” (Bortolozzo & Comitre, 2022, p. 253) e pela visualidade, colaboram para o fortalecimento das representações do espaço, os espaços concebidos pela narrativa dominante em detrimento dos espaços vividos, aqueles apropriados pelo uso em práticas diferenciais e contra-hegemônicas.

É na busca de tais interstícios que analiso, na quarta e última seção do artigo, três conjuntos de práticas socioespaciais que constituem experiências subalternas de apropriação da paisagem urbana do centro histórico de Curitiba: a “Linha Preta”, um circuito de recuperação de lugares de presença e ausência da memória afrodescendente da Cidade; os Slams, especificamente o Slam “contra-ataque”,

que ocupa desde 2018, a praça Garibaldi, no Largo da Ordem, principal ponto turístico do centro histórico de Curitiba para a realização de competições de poesia; e a pixação, principal inimigo à qual o programa Rosto da Cidade visa coibir e combater.

Patrimônio e hegemonia: o papel dos centros-históricos na construção da memória coletiva

Não é exagero afirmar que a ideia por trás do que define um centro histórico é essencialmente anacrônica, ao passo que a constituição de tais espaços revela em si mesma uma posição prospectiva em relação ao passado. Em outras palavras, quando decidimos, enquanto sociedade, que determinadas construções merecem ser conservadas, isso diz respeito mais sobre o tempo atual ou mesmo sobre um futuro idealizado, que propriamente ao passado. Como bem escreve Barreira (2003, p. 320), “recuperar o passado não é, entretanto, repetir o tempo, mas reinventá-lo. (...) A própria ideia de patrimônio significa a tentativa de ‘contar’ o passado adaptando-o à nova linguagem do presente”, e como indica Graham, “patrimônio (...) diz respeito tanto sobre esquecer quanto sobre lembrar o passado” (Graham, 2002, p. 1004, trad. nossa).

Segundo Graham (2002) o patrimônio deve ser entendido como uma construção social, imaginada, definida e articulada junto a um conjunto de práticas culturais e econômicas. Se por um lado o autor aponta os usos econômicos do patrimônio, principalmente do consumo turístico gerado a partir desse, também aponta funções culturais importantes, relacionadas à criação de sentimentos de pertencimento e identidade individual e coletiva. Utilizando a filosofia geográfica de Lowenthal (1985), Graham (2002) indica que o patrimônio, ao articular passado e memória coletiva, cria um passado que valida o presente “ao transmitir uma ideia de narrativas contínuas que incorporam o que é percebido como valores atemporais” (Graham, 2002, p. 1008).

Soma-se a isso o fato de que a idealização de centros-históricos como localidades portadoras de significação cultural para a memória coletiva é uma invenção moderna. Entre outras coisas, essa mudança de perspectiva sobre as construções antigas foi bastante estimulada pelos ideais patrimonialistas e políticas de preservação e restauração coadunadas na Carta de Veneza, documento produzido durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964 (Kuhl, 2010). Segundo Martins e Lapa (2022, p. 05), “A Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) estende o conceito de patrimônio arquitetônico e registra a importância da conservação do conjunto edificado urbano e rural. Nesse contexto, surge o apelo a uma aproximação entre planejamento urbano e políticas de preservação”.

Se por um lado as narrativas sobre o passado são necessárias para a construção de uma memória coletiva e identitária de uma população para com o seu lugar de vivência, por outro a imposição de uma história “oficial” legitimada e materializada pelos patrimônios e monumentos colabora para o apagamento de estórias outras, que não se encaixam ou conflituam com a narrativa oficial. Para Doreen Massey (2008), tanto os encontros coloniais quanto a globalização contemporânea se fundamentam nessa mesma premissa falaciosa: que há apenas uma história, e assim, um caminho possível. Nas cidades latino-americanas, esses dois processos de longa duração, a colonização e a globalização se materializam, ao passo que a antiga cidade colonial, ao ser engolida pela metrópole

contemporânea, se torna então centro histórico. Carrión (2005, p. 95, trad. nossa), ao desvendar o centro histórico como espaço público simbólico, destaca a dupla pertinência dessa espacialidade: como qualidade funcional de centralidade e enquanto sentido de pertencimento histórico.

Assim, as qualidades funcionais e simbólicas dos centros históricos se retroalimentam, sendo que a sua pertinência histórica e mnemônica não pode ser desassociada das funções que eram (e ainda são) ali desempenhadas. Isso indica que qualquer esforço de conservação de patrimônios históricos que não contemple as qualidades funcionais está fadado a fracassar. Carrión também menciona que o patrimônio simbólico produz uma profusão identitária que é coletiva ao passo que é múltipla e simultânea. Essa posição parece concordar com Graham (2002), que rejeita a ideia bourdieusiana na qual os grupos sociais dominantes criam identidades de lugar específicas que reforçam as ideologias políticas e estruturas sociais hegemônicas. Graham (2002), por sua vez, argumenta que o patrimônio proporciona aberturas interpretativas que podem oferecer percepções alternativas às da narrativa dominante. O autor, no entanto, não nega que a valoração do que importa ser conservado enquanto memória coletiva, ao dizer respeito mais sobre os sentidos (*meanings*) que sobre a estrutura material em si, constitui um campo de conflitos.

Em um cenário democrático ideal, tais conflitos estimulariam a criação de uma identidade coletiva diversa, abrangente e inclusiva, mediada por assembleias, encontros e discussões na esfera pública, imaginando que todas as pessoas teriam a mesma voz e capacidade de expor suas opiniões. Enquanto essa utopia não se realiza, o que temos é a concentração das decisões em um grupo seletivo que detém o poder político e econômico e controla assim as políticas urbanas, não somente sobre patrimônio, mas sobre os mais diversos temas que afetam diretamente o cotidiano de milhares de pessoas.

Nesse contexto, surge a seguinte questão: qual é o interesse das elites econômicas e políticas na preservação do patrimônio? O conceito de hegemonia, tal como cunhado por Gramsci, pode nos ajudar a responder essa pergunta. Para ele, a dominação política, embora fundamental, não se sustenta isoladamente. Para que uma classe mantenha sua posição dominante, é necessário disputar e consolidar a hegemonia. Esse conceito, em Gramsci, refere-se ao processo pelo qual uma classe social exerce sua liderança não apenas por meio da coerção, mas também da construção do consenso, articulando valores, ideologias e práticas culturais que garantam a sua posição de poder.

Por não ser estática e estar continuamente desafiada por forças concorrentes, a hegemonia necessita sempre ser afirmada. Se nos regimes totalitários isso se evidencia ao fazer uso de instrumentos coercitivos e violentos, nas ditas democracias, se dá de maneiras mais difusas e sutis. Como vimos, o patrimônio construído reflete um conjunto de valores e pode ser utilizado para legitimar uma das narrativas ou uma das trajetórias que produziram aquele espaço. A produção da memória coletiva através das políticas patrimoniais se coloca como um campo extremamente potente para a reprodução da hegemonia. No próximo tópico, convém demonstrar como o atual discurso de revitalização do centro histórico de Curitiba se apresenta como continuidade de um processo de afirmação da narrativa hegemônica.

Uma memória construída: o centro histórico na história de Curitiba

Uma das peculiaridades do processo colonizatório na urbanização é o fato das cidades possuírem uma data de fundação. Disso decorre a tradição, de muitos municípios brasileiros em comemorar o “aniversário da cidade”, com festividades públicas, desfiles, shows, etc. Muitas vezes essas comemorações celebram uma antiguidade abstrata, e ao fazê-lo marcam um ponto inicial de começo da história, invisibilizando o que veio antes e o que poderia surgir depois. Curitiba não é diferente. No dia 29 de Março de 2023, a cidade fez 330 anos, e dentro da variada programação para as festividades, estava a encenação de uma peça de teatro escrita pelo atual prefeito de Curitiba, Rafael Greca, cujo roteiro é inspirado no “mito fundador”¹ da fundação da Vila da Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, pequeno povoado que depois iria mudar de nome e se tornar a metrópole que é hoje.

Embora a reprodução do “mito fundador” ofereça tal ponto inicial, a história de Curitiba não começa no dia 29 de Março de 1693, data de realização da primeira assembleia de moradores e de instituição do governo municipal. A propósito, cabe ressaltar que tal acontecimento foi motivado por um abaixo-assinado dos habitantes dos “campos de Curitiba”, entregue ao bandeirante e capitão-povoador Mateus Leme, na qual, em vista da população que já passava de “noventa homens” e do consequente aumento da insegurança, demandaram pela criação de uma administração pública capaz de controlar os “ensultos de roubos” (Ferreira, 1959, p. 145). É irônico, diante da alcunha que Curitiba tomou nos desdobramentos do cenário político brasileiro contemporâneo, e sintomático diante do argumento principal desse artigo, que a fundação oficial de Curitiba tenha sido motivada pela necessidade de controle social, ou como escrito no abaixo-assinado, pela “disciplina da justiça” (Ferreira, 1959, p. 145).

A lenda do “mito fundador” também induz a crer que o processo de ocupação de Curitiba se deu em consonância com os habitantes originários (em sua maioria da etnia Kaingang, mas com grande presença de povos Guarani). No entanto, como largamente comprovado, é difícil crer que a colonização da região tenha se dado de forma pacífica. Assim, as mesmas fontes que relatam a existência da lenda fundadora, escrevem sobre “arroxadas excursões de assalto aos índios ao ocidente da serra do Mar” (Ferreira, 1959, p. 140) realizadas por bandeirantes, o que leva a crer que no momento da fundação de Curitiba, muitos dos habitantes originários já haviam sido mortos, escravizados ou fugiram.

Esse debate encontra-se presente inclusive na discussão sobre a etimologia do nome da cidade. A narrativa oficial, legitimada por um artigo publicado em 1952² e ensinada nas escolas da cidade, sustenta que “o étimo evidente de Curitiba é *kur ity ba*; palavra do guarani antigo que significa “pinheiral”, derivada que é do nome *kur í*, que ocorre na forma *kur iy*, registrada no século XVII pelo padre Montoya” (Ferreira, 1959, p. 204). O próprio autor, no entanto, destaca que “não se está

¹“A respeito da fundação de Curitiba há uma lenda narrada por diversos historiadores, à qual estão ligados os grupos de primitivos povoadores, representados pelas famílias Seixas, Soares e Andrade. Estes bandeirantes, em época incerta, teriam convidado o cacique dos campos do Tindiquera, às margens do rio Iguaçu, para que lhes indicasse o melhor local para a instalação definitiva da povoação. E é ainda Vieira dos Santos quem conta que o cacique, à frente do grupo de povoadores, trazendo na mão uma grande vara, após andar muito, percorrendo grande extensão de campos, fincou a vara no chão e, virando-se para os bandeirantes, disse: “Aqui!” - e, nesse mesmo lugar, os povoadores erigiram uma capelinha para o culto religioso. A capelinha foi construída de pau-a-pique, no mesmo local onde hoje se encontra a Catedral Metropolitana de Curitiba” (Ferreira, 1959, p. 144).

²Se trata do “magnífico trabalho publicado na imprensa curitibana, em 1952, e, mais tarde reproduzido na edição especial de “Ilustração Brasileira”, comemorativa do I Centenário do Paraná, em dezembro de 1953” (Ferreira, 1959), pelo professor e linguista Arion Dall'Igna Rodrigues.

considerando, é claro, o caso de nomes provenientes de línguas indígenas não pertencentes à família tupi-guarani, como o caingangue” (Rodrigues, 1952 in Ferreira, 1959, p. 204). Para os Kaingang, a palavra kury não significa “pinhão”, mas sim “depressa”, “rápido” e que combinada com *tim ke*, que significa “levantar-se num pulo e correr” (Wiesemann, 2002), lembra bastante a sonoridade da toponímia. Não é o foco desse texto argumentar por uma ou outra teoria, mas apontar que a provável etimologia a partir do idioma Kaingang se coloca como uma contranarrativa que ilumina questões escondidas pelo discurso oficial, revelando um processo de ocupação que, embora negado, usou da violência para se consolidar.

Essas duas considerações nos ajudam a pensar como as oligarquias locais, através da ideologia hegemônica, são capazes de manipular a história para forjar uma memória coletiva que legitime sua perspectiva. Um dos argumentos centrais deste texto é que o projeto de revitalização do centro histórico de Curitiba se coloca nessa mesma vereda. Segundo Barreira (2010, p. 256),

O princípio de “revitalização” dos centros históricos e a instauração de pontos turísticos são comuns à considerável maioria das metrópoles brasileiras. O crescimento urbano das cidades e as tentativas concomitantes de preservação de áreas consideradas decadentes aparecem, nesse sentido, acompanhados de investimentos materiais e simbólicos em torno da manutenção de equipamentos com vistas a proteger aquilo que é designado como patrimônio.

A autora destaca ainda, a partir de estudos de caso em Recife e Fortaleza, que os programas de revitalização, em geral, apelam para um processo de recuperação das tradições, e assim as reinventando. Ainda que se utilize um suporte histórico de referência, tais programas são resultado de escolhas políticas, que determinarão que aspectos, fatos, espaços e narrativas históricas merecem ser contados e preservados.

Apesar de possuir construções que remontam à fundação da cidade, o centro histórico de Curitiba existe oficialmente apenas desde 1971, quando o decreto 1160/71 foi promulgado, delimitando o perímetro do Setor Histórico de Curitiba. Segundo D’Angelis e Nascente (2017), “a delimitação de um “centro histórico” inseria Curitiba no que se denominaria na década de 1980 como indústria cultural, através da transformação do monumento histórico em produto econômico”. Assim, a preocupação em aliar o progresso desenvolvimentista com a manutenção de valores oriundos da memória oficial representa o próprio processo de modernização conservadora sofrido pela cidade desde então, na qual as várias inovações urbanísticas aliadas ao citymarketing coexistem com uma concentração de poder político e econômico nos mesmos círculos familiares e patriarcais desde os tempos coloniais (Oliveira, 2007). Para Pimentel (2012, p. 25),

Desde a década de 1970, a cidade vem recebendo e alimentando títulos como “cidade modelo”, “cidade humana”, “cidade planejada”, “capital ecológica”, “capital da qualidade de vida”, “capital brasileira de primeiro mundo” (Moura, 2007: 347) e é hoje a soma de uma combativa política urbana municipal voltada ao city branding, com uma sociedade majoritariamente conservadora de cariz neoliberal, responsáveis pela constante aparição de Curitiba nos cenários nacionais e mundial como sinônimo de inovação, sustentabilidade e qualidade de vida.

Ao longo dos anos 1990, enquanto a administração de Curitiba promovia a alcunha de “cidade ecológica”, a área central continuou a experimentar um processo de abandono por parte das classes média e alta, devido à falta de investimentos públicos e mudanças urbanas importantes, como a multiplicação de shoppings centers e condomínios fechados em bairros afastados do centro (Bortolozzo & Comitre, 2022), processo que se intensifica nos anos 2000, não obstante às várias tentativas de gentrificação. Atualmente, o centro histórico de Curitiba é composto por uma diversidade de usos, com forte presença do comércio popular - destaque para lojas de venda de produtos de segunda mão, como sebos, brechós e lojas móveis e eletrodomésticos usados -, prestadores de serviços artesanais como sapateiros e costureiras, além de bares, restaurantes, pequenos hotéis e cortiços. Ainda, observa-se a presença de edifícios habitacionais de poucos pavimentos, muitos deles vazios, e outros ocupados por pessoas de classe média e baixa.

Infelizmente, tal complexidade não é levada em conta no programa “Rosto da Cidade”, nem em relação aos usos, tampouco em relação aos estilos arquitetônicos das edificações tombadas. Sobre esse último aspecto, merece recordar a observação de D’Angelis e Nascente (2017, p. 5), ao escreverem que “as edificações existentes (...) não mantiveram os aspectos arquitetônicos coloniais e são fruto de diversas transformações, com influências predominantes do estilo arquitetônico eclético”. Segundo as autoras, “conforme Dudeque (1995), o eclético encontrou terreno fértil nas cidades mais afastadas dos grandes centros urbanos por permitir apropriação de referências de diferentes épocas que evocavam “uma memória inexistente”. Não por acaso, a mesma evocação parece ser também o objetivo implícito do programa “Rosto da cidade”.

Programa Rosto da Cidade: continuidade do discurso hegemônico

Uma rápida análise semântica do nome escolhido para a política pública em questão permite já algumas considerações interessantes: “Programa Rosto da Cidade de Combate à Poluição Visual, à Pichação e à Degradação da Cidade”. Se a palavra rosto denota por si ideia de aparência, a preocupação primordial com as fachadas dos imóveis se evidencia no seu objetivo, isto é, “promover a pintura ou limpeza para remover a pichação dos imóveis nela inseridos” (Curitiba, 2019).

Curitiba, ao valorizar as contribuições socioculturais de imigrantes europeus em detrimento da herança afrodescendente e indígena apenas dá continuidade ao modelo de adequação presente no processo colonizatório, responsável por invisibilizar e subjugar o que se coloca como divergente. Em alguns casos, como em relação à pichação, a oposição é explícita e o controle e coerção pela violência é inclusive legitimado pela sociedade. Em outros casos, como o apagamento de espaços de memória e resistência da população negra, a violência é silenciosa e util, ainda que tão estrutural quanto. Segundo Bortolozzo e Comitre (2022, p. 261),

o “rosto da cidade” se remete a representação de uma pequena, mas poderosa, parcela da população. Todos os outros “rostos” da população curitibana são desconsiderados, inclusive dos que historicamente constituíram a região central de Curitiba: a população negra e escravizada que soerguia as vilas do início do século XIX; as múltiplas etnias que compunham os muares e o tropeirismo - impulsionadores da formação das primeiras vilas

da cidade – e, mais tarde, a marcante presença dos comerciantes sírio-libaneses (Iubel, Cordova, & Stoiev, 2014).

Cabe recordar que o “Rosto da Cidade” não foi o primeiro programa de revitalização do centro-histórico, mas se coloca na esteira de outros que tiveram a mesma iniciativa³. Segundo Bortolozzo e Comitre (2022, p. 256), tais programas são característicos de um paradigma de planejamento na qual as soluções das problemáticas urbanas são pensadas através de ações pontuais. Assim, tais projetos do tipo “re” são propostos com a argumentação de solucionar a problemática da “desvalorização” espacial. Daí desencadeiam-se processos contínuos de “super ou ultra-gestão” dos espaços públicos, o que passa a ser realizado tanto por agentes públicos quanto privados” (Bortolozzo & Comitre, 2022, p. 256). Programas de revitalização frequentemente se inserem no que Sanches (2016) cita enquanto “artistificação” da cidade, isto é, a criação de cenários artificiais usados para promover certos valores, acarretando uma “gentrificação produtiva” (Sanches, 2016).

Como aponta Crestani (2015), a gentrificação, conforme analisado por Savage, Ward e Warde (2003), resulta de processos urbanos que reconfiguram o espaço e a sociedade, incluindo a substituição de grupos sociais nas áreas centrais por aqueles de maior status econômico e cultural, a formação de núcleos homogêneos em estilo de vida, a especialização dos serviços urbanos e a valorização fundiária, impulsionada pelo aumento dos preços imobiliários. Vargas e Castilho (2009) destacam que os centros urbanos frequentemente se tornam alvos desse fenômeno, sendo instrumentalizados por políticas públicas que visam atrair investimentos privados. Além disso, a intervenção nos centros altera não apenas a estrutura física, mas também sua herança histórica e patrimonial. Embora muitos projetos aleguem buscar a valorização do patrimônio, Vargas e Castilho (2009) e Mendes (2008) apontam que, na prática, tais iniciativas priorizam a requalificação comercial e a modernização econômica da cidade, muitas vezes em detrimento da preservação cultural. Para Bortolozzo e Comitre (2022, p. 251), esse tipo de política pública

também produz a assepsia dos lugares, pois o “degradado” é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza” (FANI, 2007, p. 89.), também “autores como Souza (2002; 2011); Colvero (2010); afirmam que o termo revitalizar induz à compreensão de que anteriormente não existia vida no espaço.

Ao analisar o texto da lei que institui o programa “Rosto da Cidade”, se evidencia o caráter higienista apontado no trecho acima. O artigo primeiro desta lei define os objetivos do programa, a saber, “fica instituído o Programa Rosto da Cidade de Combate à Poluição Visual, à Pichação e à Degradação da Cidade, cuja área está delimitada no mapa anexo, destinado a promover a pintura ou limpeza para remover a pichação dos imóveis nela inseridos” (Curitiba, 2019). Assim, o “Rosto da cidade” se restringe a executar “via poder público municipal, serviços de limpeza, pintura e fornecimento de tinta e resina antipichação em imóveis públicos ou privados situados na área do programa” (Bortolozzo,

³ Pelo menos outros quatro projetos de ações de revitalização foram empregados em Curitiba nos últimos 25 anos. O primeiro deles foi o projeto “Cores da Cidade”, em 1998, substituído pelo projeto “Revivendo Curitiba”. Anos depois, em 2004, foi implantado o projeto “Centro Vivo” e em 2008, o “Novo Centro”.

& Comitre, 2022, p. 258), ficando facultado à prefeitura o fornecimento dos serviços ou apenas dos insumos, mas sem propor nenhuma ação além dessas.

Para a escolha dos imóveis que podem ser contemplados com esses investimentos, os mesmos devem ser considerados como “de Relevante Interesse para Recuperação da Paisagem”, e estarem “inseridos nos eixos do Programa Rosto da Cidade, cuja revitalização seja imprescindível para o êxito do programa” (Curitiba, 2019). O texto legal não oferece, portanto, atributos qualitativos ou critérios técnicos com relação ao que merece ser preservado, e que poderiam ser levados em conta na definição de ações prioritárias. O texto apenas indica que tal análise deve ser realizada por uma “comissão técnica formada por representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Fundação Cultural de Curitiba, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, Instituto Municipal de Turismo e Secretaria Municipal do Urbanismo” (Curitiba, 2019). O lapso de critérios na definição das intervenções indica que a preocupação estética se manifesta antes mesmo da valorização da história e do patrimônio.

Assim, para definir se um imóvel merece receber as ações do programa, apenas é necessário que esteja localizado na área de abrangência do programa, como mostrado na figura 1, sendo que o pedido de adesão é solicitado pelos próprios proprietários via formulário direcionado à Secretaria de Meio Ambiente. Após as intervenções, os mesmos devem se comprometer a “adotar e manter as cores determinadas para a pintura da fachada” (Curitiba, 2019), por sua vez, escolhidas pela prefeitura. Bortolozzo e Comitre (2022, p. 259) destacam que tal padronização

não se direciona apenas para os objetos construídos, mas também para o perfil da população que pode se beneficiar dos projetos de “re...”. As mudanças estruturais advindas da revitalização podem impactar no consumo do e no espaço, pois conferem novos tipos de estabelecimentos comerciais, de serviços e de habitações.

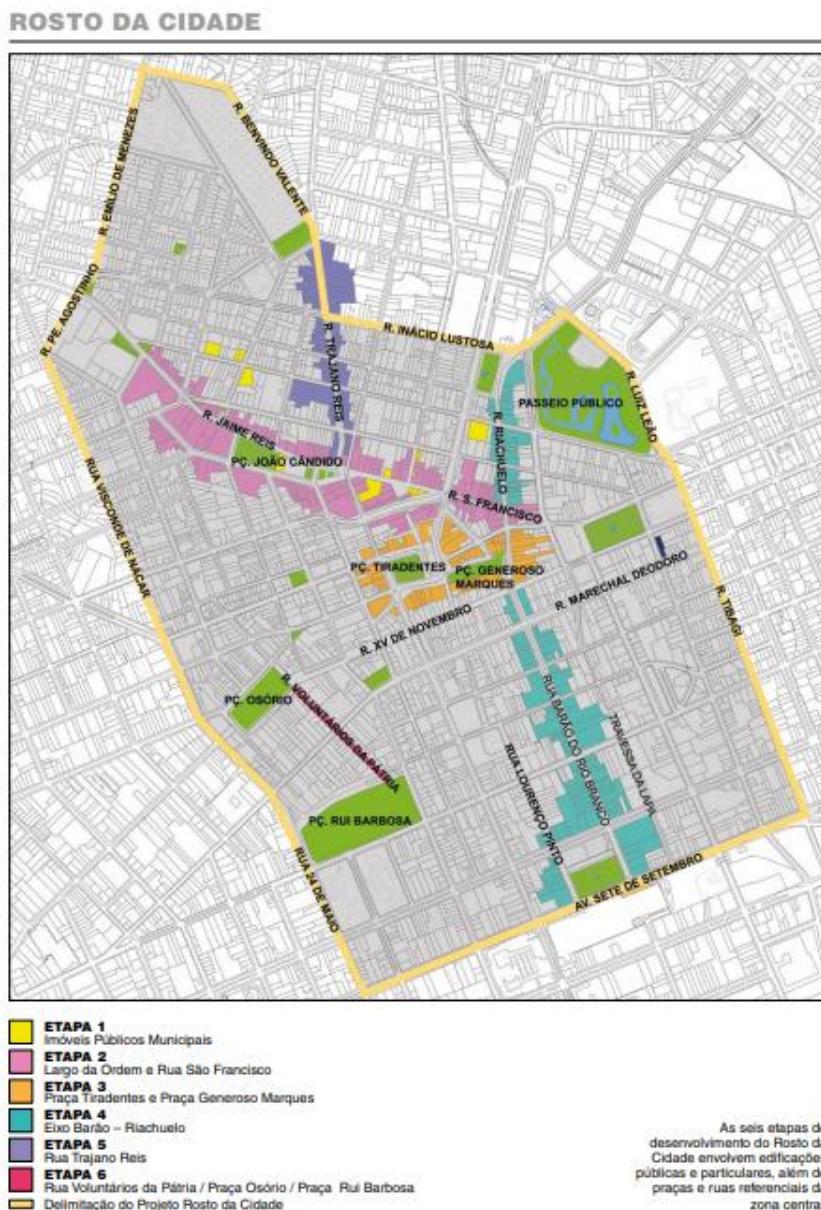


Figura 1 - Mapa de abrangência do programa “Rosto da Cidade”. Fonte: IPPUC (2020).

O programa Rosto da Cidade colabora, portanto, para exemplificar o modelo de gentrificação latino-americana apontado Marco, Santos e Möller (2020, p. 4), na qual “torna-se fundamental que o Estado atue como mediador para que o capital privado interfira”. Os autores destacam que, nesses casos, há uma ênfase na “gentrificação simbólica, pois, a gentrificação não se dá somente com a chegada de uma classe média com potencial de compra, mas sim através de programas públicos que atraem investimentos privados e consumidores” (MARCO, SANTOS e MÖLLER, 2020, p. 4), como é o caso do Rosto da Cidade. Assim, mesmo que não seja explicitamente colocado no plano, esse colabora para “ traçar o perfil desejado de morador/usuário” que se diferencia do cidadão comum por possuir poder aquisitivo necessário para consumir material e simbolicamente o espaço em questão. Bortolozzo e

Comitre (2022, p.267) demonstraram que “os imóveis com os maiores preços do metro quadrado se encontram nas áreas de atuação direta do Rosto da Cidade, além disso a maior quantidade de imóveis à venda também se situa nas ruas e avenidas com ações previstas pelas etapas de atuação do Rosto da Cidade”. Ao notar que a apontada degradação do centro histórico se expressa nos discursos do poder hegemônico também quanto um problema de segurança pública, encontramos aqui, e não por acaso, novamente o fundamento que suscitou a fundação de Curitiba: a defesa da propriedade, seja ela pública ou privada. Não é à toa que o prejuízo paisagístico que o plano visa coibir e combater se associa, na retórica do discurso oficial, conforme demonstrado por Bortolozzo e Comitre (2022), com os estigmas da violência e criminalidade urbana, na qual “o afastamento do indesejável se torna um modelo de planejamento que estigmatiza o pobre, retira seus direitos e menospreza a análise adequada da violência urbana” (COMITRE, 2017 *apud* BORTOLOZZO e COMITRE, 2022, p. 265). E no cerne da questão, como inimigo público está aquela que foi sempre colocada à margem, a população pobre, periférica e negra cuja “teimosia” histórica em viver e sobreviver insiste em criar espaços de resistência.

Subalternidade e resistências no centro histórico

Assim como a hegemonia, o conceito de subalternidade desenvolvido por Gramsci, apresenta uma trajetória conceitual que, devido às especificidades da obra do filósofo italiano, é dotada de várias interpretações. Aqui, concordamos com Smith (2010, p. 45), para quem a subalternidade não pode ser entendida como “condição negativa, baseada numa falta, que necessita ser superada por uma confrontação com as estruturas de poder”. Assim, para o autor, ao passo que “em situações históricas concretas, a maioria das hegemonias criam e mantêm subalternidades, especialmente para proteger os princípios hegemônicos” (SMITH, 2010, p. 45, trad. nossa), a resistência a esse processo não deve ser tomada como algo passivo, pois pensar que “os grupos subalternos são despolitizados ou descontextualizados (...) negligencia as sutilezas na teoria de hegemonia de Gramsci”.

No sentido de compreender os contextos e processos pelos quais a subalternidade é produzida e reproduzida, um caminho possível se encontra através do conceito de “prática socioespacial de resistência” (RIBEIRO, 2018), ou “prática espacial insurgente” (SOUZA, 2010), ambos fundamentados na ideia lefebvriana de “prática espacial” (LEFEBVRE, 2013). Segundo a dialética tridimensional da produção do espaço, as “práticas espaciais” se combinam com os outros dois termos: “representações do espaço” e “espaços de representação” (LEFEBVRE, 2013). Enquanto o primeiro diz respeito ao “espaço concebido”, que se apresenta, através da racionalidade hegemônica, como espaço abstrato, no segundo se concentram os atos de apropriação e invenção, são as festividades, o extracotidiano, o poético.

No meio dessa tensão, as práticas espaciais funcionam como mediação entre a ordem distante, isto é, o espaço abstrato do planejamento, as leis, normativas, ordens, horários e rotinas e a ordem próxima, compreendida pela realidade urbana da vida cotidiana, mas também pelos encontros corriqueiros, lugares de ócio e pelo emprego criativo do tempo. Dessa forma, as práticas espaciais (ou socioespaciais) podem funcionar tanto para a manutenção das relações hegemônicas, quanto para a insurgência e disruptão das mesmas. A resistência deixa assim de ser encarada como passividade, e assume um caráter eminentemente criativo, podendo dar vazão à uma produção contra hegemônica, ou subalterna do espaço, a qual Lefebvre (2013) denomina como espaço diferencial.

A partir de Lefebvre (2013), comprehende-se que a relação entre o concebido e o vivido, ou mesmo entre a hegemonia e subalternidade, não podem ser concebidas enquanto duas faces de uma mesma moeda, pois constituem um antagonismo complementar e interdependente. No intuito de elaborar pistas para a compreensão dessas relações dentro do foco deste artigo, isto é, o centro histórico de Curitiba, no presente tópico trazemos à discussão algumas práticas socioespaciais de resistência (RIBEIRO, 2018), que dão vazão a narrativas dissonantes às oficiais, utilizando diferentes tipos de práticas espaciais para tal.

A primeira delas, e talvez a mais evidente, devido a sua presença física marcante e pulverizada, é a pichação. Não à toa, o texto do projeto de lei do programa Rosto da Cidade, bem como manifestações oficiais da prefeitura apontaram a pichação⁴ como o principal inimigo a ser combatido. Se oficialmente, os danos estéticos são apontados como o motivo para tal perseguição, subjaz dentro do espírito da lei uma incompatibilidade fundamental entre duas visões e experiências de cidade: aquela hegemonicamente construída e aquelas que a desafiam. Vários autores (FILARGO, 2015; AMARILLAS, 2016; ANDRADE, 2019) indicam que pichar (ou pixar) se trata de um ato de apropriação simbólica do espaço urbano e nesse sentido, de manifestação de existências invisibilizadas, e em sua maioria feita por pessoas que habitam as periferias de grandes centros urbanos. Embora haja uma diversidade imensa de tipos de pichação, uma das principais tipologias gráficas que se popularizou em Curitiba e São Paulo se caracteriza por assinaturas (*tags*), seguidos pela identificação do grupo (*crew*), e/ou do lugar de origem e a data de realização do píx. Segundo Andrade (2019, p. 21), “esses escritores se preocupam com o processo criativo das suas escritas, embutindo nelas diversos valores e significados, muitas vezes, ligados às suas próprias realidades”, o que envolve um envolvimento simbólico, mas também físico com a cidade, e em geral com espaços da cidade que os são negados. Andrade (2019, p. 30) ainda ressalta que “as ações não se restringem apenas aos bairros onde (os pixadores) moram - a ‘quebrada’ - o centro das cidades, concentra um dos principais alvos para se pixar, pois a territorialidade da cultura do píx é em grande medida, simbólica” (ANDRADE, 2019, p. 30).

Andrade (2019, p. 22) também cita a pesquisa de Franco (2009), que demonstrou relações entre o aumento da prática de pichação e “o aumento da pobreza, a falta de infraestrutura e a violência policial nas periferias” de São Paulo. Assim como em Curitiba, durante a década de 1990, na capital paulista “foram fortificadas políticas de privatização dos espaços públicos e a construção de residenciais de luxo, assim como a forte presença policial nos espaços públicos, aumentando as pixações e outros tipos de intervenção nos espaços “esquecidos” da cidade” (ANDRADE, 2019, p. 22). Ao passo que o programa rosto da Cidade tenta preservar a história de Curitiba através das fachadas de edificações, ao mesmo tempo apaga simbólica e fisicamente outra história e outras memórias, subalternas e marginalizadas.

O programa Rosto da cidade não foi a primeira tentativa da administração pública em coibir tais intervenções ilegais na paisagem. Embora a maior parte das tentativas tenha focado na coerção,

⁴ É importante ressaltar a existência de uma discussão conceitual a respeito da grafia do termo. Segundo Lassala (2014, p. 11) “Pichação é uma ação de transgressão para marcar presença ou chamar atenção para alguma causa, principalmente em ambientes externos do espaço público urbano. Não preza por um padrão em relação ao conteúdo e à forma, de modo que qualquer pessoa pode atuar com as mais diversas ferramentas para desenhar, pintar, escrever ou rabiscar. Pixação refere-se a um tipo de intervenção urbana ilegal nativa de São Paulo; sua principal característica é o desenho de letras retilíneas escritas com spray ou rolo de espuma para estampar logotipos de gangues ou indivíduos; esse estilo de letras é conhecido como tag reto. Normalmente moradores de bairros periféricos, jovens que se arriscam nessa modalidade ao escalar edificações para carimbar sua marca em lugares de grande visibilidade, buscam notoriedade”.

cabe ressaltar o “Projeto Arte Urbana – Memórias de Curitiba”, que “contou com cerca de 20 grafiteiros para pintarem as portas de aço de estabelecimentos comerciais da rua São Francisco” (FORT e GOHL, 2016, p. 28). A rua São Francisco, antiga “Rua do Fogo”, uma das mais antigas de Curitiba, é também um dos logradouros mais conflituosos do centro histórico, marcada por “múltiplas territorializações” (CIGOLINI e PORTO, 2021), que envolvem moradores, boêmios e comerciantes de entorpecentes. Por conta dessa complexidade, foi alvo de vários projetos de recuperação urbanística, empreendidos tanto pelo poder público, quando pela sociedade civil, como o caso da construção da Praça de Bolso do Ciclista.

Ao utilizar o *graffiti* como forma de combate a pichação se evidencia o papel marginal desse último em detrimento do primeiro, denotando uma relação de palatabilidade em relação a uma aceitação estética por parte de um determinado público. Andrade (2019, p. 29), evidencia que tal aceitação é ativamente produzida, ao passo que “a mídia tradicional e as instituições controladoras e que asseguram a repetição dos padrões (polícia e justiça, por exemplo), procuram criminalizar a pixação, usando o graffiti como uma contra proposta estética mais aceitável”. Dentre outros lugares da cidade, especialmente, os muros da rua São Francisco, presentes na figura 2, contam essa história.

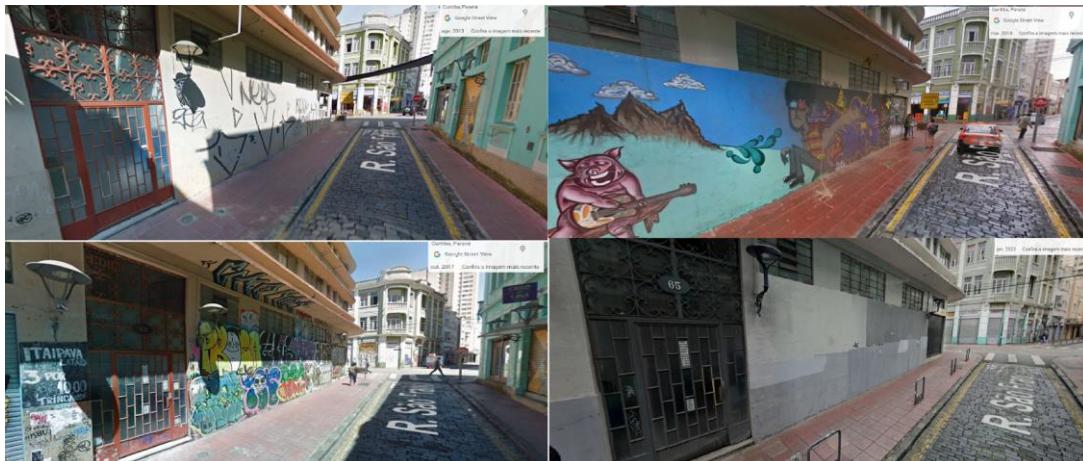


Figura 2 – A rua São Francisco em diferentes épocas dos últimos 10 anos (2013, 2014, 2017 e 2023). Fonte: Google street view (2013, 2014, 2017 e 2023).

A tinta cinza que apaga de maneira visível os grafites e pichações também se manifesta em outros campos, como no caso do apagamento simbólico da participação da população negra no processo de construção da cidade. Uma das experiências que contrapõem tal lógica, ao trazer à tona uma história afrocentrada de Curitiba, é a “Linha preta”, uma verdadeira aula itinerante através de lugares de presença e ausência da memória da população negra de Curitiba. Essa iniciativa se origina a partir do II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da Região Sul-COPENE SUL, ocorrido em 2015 em Curitiba e organizado pelo NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná. Segundo o Instituto Humaitá, que organiza, pesquisa e executa as rotas,

A Linha Preta é um roteiro turístico em Curitiba que tem como objetivo principal valorizar e dar visibilidade à contribuição negra na construção física e social da capital paranaense, bem como apresentar referências históricas e culturais da sua existência e colaboração para a construção da nossa capital (HUMAITÁ, 2018).

Além de lugares reconhecidamente importantes para a memória da população negra, como a Igreja do Rosário dos Pretos de São Benedito, durante o percurso são mostradas construções cuja a história é desconhecida pela população, como o prédio onde as pessoas escravizadas eram comercializadas. Ao passo que percorremos as ruelas do centro histórico descobrimos que as construções de “arquitetura portuguesa”, tal como aprendemos na escola, são na verdade de arquitetura vernacular africana, pois nelas foram empregados métodos e técnicas construtivas concebidas a partir de mentes e mãos de africanos escravizados, como a taipa de pilão⁵. Também é realizada uma análise crítica dos monumentos presentes no centro histórico, em especial como os painéis de Poty Lazarotto contam uma história que marginaliza a presença dos negros e negras, além da evocação de elementos não construídos, embora de uma grande riqueza simbólica, como as gameleiras da praça Tiradentes, árvores centenárias sagradas para as religiões de matriz africana⁶.

Em Curitiba, há diversos monumentos destinados a valorização da cultura europeia trazida pelos imigrantes chegados no final do século XIX e começo do século XX (Bosque Alemão, Memorial Ucraniano, Memorial Polonês, para citar alguns exemplos, todos localizados em áreas nobres e presentes no roteiro turístico), e apenas uma praça destinada à memória negra e africana, a praça Zumbi dos Palmares, inaugurada em 2010, e localizada no bairro Pinheirinho, na zona sul de Curitiba e distante de outros pontos de interesse turístico. Percebe-se aí a ideia hegemônica, na qual o desenvolvimento urbano da região sul do Brasil se deu sem a presença da população negra ou com traços irrigários de trabalho escravo como uma narrativa histórica falsa, por sua vez, sustentada, entre outras coisas, por uma política pública de valorização de determinadas culturas étnicas em detrimento de outras no patrimônio urbano. Ações como a Linha Preta, ao contar a história de um ponto de vista afro-centrado, ao mesmo tempo viabilizam a produção de espaços de memória negra e elucidam os processos ativos de apagamento operados pela ideologia hegemônica.

Por fim, mas não menos importante, cabe citar outro tipo de apropriação: o slam⁷ Contra-ataque, que ocorre na Praça Garibaldi, localizada no Largo da Ordem, um dos principais pontos turísticos do centro histórico de Curitiba. Embora tenha surgido na década de 1980 nos Estados Unidos dentro de ambientes privados, no Brasil especialmente, o Slam se caracteriza por uma ocupação e apropriação temporária de espaços públicos, onde são realizadas as competições de poesia falada (BORTOLOZZO e ROSANELI, 2022). Em Curitiba, além do “slam contra-ataque”, que acontece no centro histórico, existem outras cinco organizações, sendo a maior parte em bairros da periferia da cidade.

No último sábado de cada mês, a Praça Garibaldi vira palco do Slam Contra-ataque. Essa praça se localiza no coração do centro histórico de Curitiba, em uma área cuja “paisagem é bastante explorada pelo turismo e práticas de city marketing urbano” (BORTOLOZZO e ROSANELI, 2022, p. 206). Bares,

⁵ Embora não haja um consenso sobre a origem da taipa de pilão enquanto técnica construtiva, conforme Nóbrega de Jesus (2020, p. 3), é difícil de crer na história oficial, na qual “a construção em terra, feita por mão de obra escrava, foi, somente, o reflexo das técnicas produzidas nas construções lusitanas ou mamelucas. Ainda mais se pensarmos na complexidade artesanal da técnica da construção em taipa, que requer um conhecimento altamente especializado, dificilmente adquirido por meras ordenanças senhoriais”.

⁶ É importante citar que os lugares mencionados foram visitados durante o circuito o qual o autor participou, em junho de 2022, e que o mesmo se encontra em constante modificação e ampliação, a partir de uma pesquisa contínua, realizada pelo instituto Humaitá.

⁷ O poetry slam, ou simplesmente slam, é uma competição mundial de poesia falada, na “qual qualquer pessoa poderia ser poeta e declamar sua poesia em um slam”, desde que a poesia possua no máximo três minutos, seja completamente autoral e não se faça o uso de acompanhamentos cênicos ou musicais, sendo que os jurados são pessoas que se voluntariaram do próprio público. Os melhores poetas de cada slam se classificam para as competições municipais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais.

restaurantes, galerias de arte, museus e igrejas históricas margeiam uma ladeira não muito íngreme de paralelepípedos com tráfego preferencial de pedestres, na qual em sua metade se localiza um chafariz, carinhosamente apelidado pelos seus frequentadores como “Cavalo Babão”, devido à escultura de cobre com o formato de uma cabeça de cavalo que jorra a água à fonte. É nesse chafariz que o slam acontece.

Além da ocupação física, cuja duração corresponde à temporalidade de ocorrência do evento em si, insere-se uma ocupação simbólica, manifestada através das poesias, e que embora não sejam escritas, como no caso da pixação, também perduram e produzem efeitos para além da temporalidade do evento em si, isto é, do slam. Segundo Bortolozzo e Rosaneli (2022, p. 208), “ao se deparar com uma roda de slam em um lugar público – como o da Praça Garibaldi –, o espaço deixa de se categorizar apenas como matéria para transcender em espaços sociais e lugares onde relações e sentimentos são instigados”. Tal prática socioespacial se traduz em uma ocupação física visual, motivada pela reunião e disposição dos corpos na praça, geralmente na forma de um semicírculo em volta da(o) poeta que está se apresentando e sonora, na qual a voz compete com os outros ruídos naturais de um sábado à noite. Assim, nos slams, é através da poesia falada que sujeitos pertencentes à grupos subalternos conseguem dar vazão às suas narrativas e visões sobre o mundo e a realidade que vivem, de modo que

Nas rodas de poetry slam, os grupos – de mulheres, de negros/as, pessoas com necessidades especiais, comunidade LGBTQIA+, populações pobres, periféricas e em situação de rua – encontram um meio para realocar-se na sociedade, na história e nos espaços da urbe (...) A força contra-hegemônica se dá nos instantes em que as pautas, o ato de se viver e os modos de produção dessas pessoas – histórica, espacial e socialmente ocultados – ocupam e se apropriam de partes da cidade recorrentemente a eles e elas negados/as. (BORTOLOZZO e ROSANELLI, 2022, p. 216).

Assim, através de narrativas individuais as e os poetas dão vazão a subjetividades coletivas que dizem respeito não apenas às suas experiências idiossincráticas, mas todo um conjunto de mazelas e prazeres que constituem um modo de vida que lhes é próprio e conscientemente divergente daquele hegemonicamente reproduzido. Dessa forma, assim como aponta Gramsci, através da interpretação de Smith (2010, p. 44), a subjetividade aparece “conscientemente, como chave para ação”, de modo que “através do questionamento da gama de identificações possíveis apresentadas aos indivíduos do exterior”, se faz possível “questionar a normatividade e realizar uma reenergização radical do ser humano” (SMITH, 2010, p. 44).

Considerações finais

A partir da análise crítica do programa "Rosto da Cidade", torna-se evidente a complexidade das relações entre memória, identidade e poder. A construção de uma narrativa mnemônica, embora apresentada como um cuidado com o patrimônio histórico, pode, na verdade, servir como uma estratégia para reforçar a hegemonia e a manutenção das estruturas de poder vigentes. Sobretudo, o enfoque exclusivo nas fachadas das edificações revela que a principal preocupação do programa é a manutenção de certas condições estéticas, por sua vez, aprazíveis a um público determinado e direcionado para o consumo estético. Ao tratar o monumento como objeto autônomo e valorizar

apenas aspectos visuais de sua fachada, a proposta da prefeitura não leva em conta a complexidade de relações sociais e usos, atuais e possíveis, e se associa à uma tendência do planejamento estratégico urbano que prioriza intervenções pontuais e estéticas, muitas vezes ligadas à iniciativa privada, ao invés de abordagens holísticas e inclusivas.

Esse tipo de prática se torna especialmente problemática em cidades marcadas pela trajetória colonial onde a imposição de uma história "oficial" através de monumentos e patrimônios pode apagar outras histórias e estórias divergentes, subalternizando grupos e culturas que não se encaixam na narrativa dominante. Nesse sentido, a política de revitalização do centro histórico de Curitiba acaba perpetuando a invisibilização e subjugação de experiências que não se alinham com a visão hegemônica da cidade. Em contraste, as experiências de resistência expostas, embora contenham especificidades, podem ser entendidas como expressões de uma cultura subalterna, que ao se apropriar da paisagem urbana, através de grafismos, narrativas históricas e relatos pessoais, conduzem a uma experiência urbana que desafia a cidade hegemônica. Desloca-se disso o fato de que a condição de subalternidade não deve ser, de maneira alguma, compreendida como passividade, ao passo que dá vazão a uma infinidade de práticas como as aqui mencionadas. A partir de diferentes estratégias, tais práticas contestam a imposição da cidade como *habitat*, isto é, como arena do consumo e do valor de troca e permitem recuperá-la como *habitar*, espaço reappropriado para o valor de uso, resultado e resultante em uma produção do espaço diferencial, coletiva e criativa, realizada por quem a vivencia (LEFEBVRE, 2011).

Como disse o professor Luiz Antônio Simas certa vez, em uma palestra no centro antigo do Rio de Janeiro a cidade é feita de lugares de memória, mas também de lugares de amnésia. De forma ativa, a luta pela memória e identidade das populações subalternas se manifesta em práticas de resistência, contrapondo-se à memória patrimonial oficial que muitas vezes negligencia essa parte importante da história da cidade. Se ora tais práticas chamam a atenção para o esquecimento e como ele éativamente produzido, tal qual a linha preta, ora se apropriam desses espaços para inscrever neles novas histórias, novas memórias através de suas próprias narrativas, seja com sprays ou com poesia falada.

Declaração de disponibilidade de dados

O artigo se concentra em contribuições teóricas ou metodológicas e não há bases de dados relacionadas, de forma que foi dispensado o depósito no SciELO DATA conforme política editorial da revista.

Referências

Agência Curitiba de Notícias. (2016). Linha Preta: um passeio pela história da população negra de Curitiba. Curitiba-PR. Retrieved from <http://www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/noticias/linha-preta-um-passeio-pela-historia-da-populacao-negra-de-curitiba>. Accessed on June 23, 2023.

Amarillas, M. T. P. (2016). Pixação: protesta y transgresión. *Discurso & Sociedad*, 2, 300-320.

Andrade, F. V. de. (2019). Escritores urbanos: uma pesquisa sobre a prática da pixação em Curitiba (Master's thesis). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba.

Barreira, I. A. F. (2010). Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. *Caderno CRH*, 23, 255-266.

Borja, J., & Forn, M. (1996). Políticas de Europa y de los Estados para las ciudades. *Estudios Territoriales. Espaço e Debates*, (39).

Bortolozzo, G., & Comitres, F. (2022). A Homogeneização do Espaço Urbano por meio dos projetos “RE...”: a busca por um único “rosto da cidade” na área central de Curitiba. *Revista GEOGRAFAR*, 17(1), 249-273.

Bortolozzo, G., & Rosaneli, A. F. (2022). Arte, Protesto e Sociabilização na Praça: Revelando práticas do Poetry Slam no espaço público curitibano. *Caminhos de Geografia*, 23(88), 205–219.

Carlos, A. F. A. (2007). O Espaço Urbano: novos escritos sobre a Cidade. São Paulo: Edição Eletrônica/LABUR.

Carrión, F. (2005). El centro histórico como proyecto y objeto de deseo. *Eure* (Santiago), 31(93), 89-100.

Centro Cultural Humaitá. (2018). Linha Preta: um passeio pela história da população negra de Curitiba. Curitiba-PR. Retrieved from <https://linhapretacuritiba.wixsite.com/linha-preta/a-linha-preta>. Accessed on June 23, 2023.

Cigolini, A. A., & de Mattos Porto, J. (2021). O uso de espaços públicos: o caso da requalificação da rua São Francisco e da construção da Praça de Bolso do Ciclista, Curitiba, PR. *Terr@ Plural*, 15, 1-17.

Crestani, A. M. Z. (2015). As faces (in) visíveis da regeneração urbana: rua Riachuelo e a produção de um cenário gentrificado. *Cadernos Metrópole*, 17(33), 179-200.

Curitiba. (2019). Lei n. 15.388 de 14 de março de 2019. Institui o Programa Rosto da Cidade de Combate à Poluição Visual, à Pichação e Degradação da Cidade, no Município de Curitiba e dá outras providências. Curitiba, PR.

D'Angelis, T. S. R., & Nascentes, M. C. C. (2017). ST 7 O Setor Histórico de Curitiba na construção da imagem da “cidade-metido” de Curitiba. *Anais ENANPUR*, 17(1).

Duarte, O., & Guinski, L. A. (2002). *Imagens da evolução de Curitiba*. Curitiba: O. Duarte.

Ferreira, J. P. (1959). Curitiba. In *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (Vol. 31, p. 204). Rio de Janeiro: IBGE.

Filargo, P. (2015). A pichação {tags} em São Paulo: dinâmicas dos agentes e do espaço (Master's thesis). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Franco, S. M. (2009). Iconografias da metrópole: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo (Master's thesis). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Graham, B. (2002). Heritage as knowledge: capital or culture? *Urban Studies*, 39(5-6), 1003-1017.

Green, M. (2002). Gramsci cannot speak: Presentations and interpretations of Gramsci's concept of the subaltern. *Rethinking Marxism*, 14(3), 1-24.

Gohl, F. C., & Fort, M. C. (2016). Conflitos urbanos: grafite e pichação em confronto devido à legislação repressiva. *Logos*, 23(2).

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). (2020). Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (No. 13). Curitiba. Retrieved from https://ippuc.org.br/storage/uploads/f2978c7e-dbb5-4e21-82f2-47b604122607/revista_13.pdf. Accessed July 2023.

Kühl, B. M. (2010). Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 18, 287-320.

Lefebvre, H., & Frias, R. E. F. (2011). O direito à cidade. Centauro Editora.

Lefebvre, H., Gutiérrez, E. M., & Lorea, I. M. (2013). La producción del espacio. Capitán Swing.

Lowenthal, D. (1985). El pasado es un país extraño. Ediciones AKAL.

Marco, C. M. D., Santos, P. J. T. D., & Möller, G. S. (2020). Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, e20190253.

Martins, F., & Lapa, T. de A. (2022). O modelo de Bolonha: origens e repercussões no campo da conservação integrada. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 24.

Massey, D. (2009). Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Bertrand Brasil.

Mendes, L. (2008). Gentrificação e a Cidade Revanchista: que lugar para os Movimentos Sociais Urbanos de Resistência? *Forum Sociológico*, n. 18, pp. 21-28.

Mussi, D., & Goés, C. (2016). Antonio Gramsci no centro e na periferia: notas sobre hegemonia e subalternidade. *International Gramsci Journal*, 2(1), 271-328.

Nóbrega de Jesus, C. (2020). Entre escravos e taipas: o modo de fazer africano na arquitetura paulista. *História* (São Paulo), 39.

Oliveira, M. de. (2001). A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000). *Revista de Sociologia e Política*, 97-106.

Oliveira, R. C. de. (2007). Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. *Sociologias*, 150-169.

Pimentel, M. de O. (2012). Curitiba em cores: a prática do grafite e da pichação frente ao marketing urbano da capital paranaense (Doctoral thesis). FEUC.

Ribeiro, F. V. (2018). A prática socioespacial da resistência. In A. F. A. Carlos, C. S. Santos, & I. P. Alvarez (Eds.), *Geografia urbana crítica: teoria e método* (pp. 63-77). São Paulo: Contexto.

Saint-Hilaire, A. (1978). *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São Paulo: Universidade São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Itatiaia.

- Sanches, A. H. (2016). Gentrificação em centros históricos – A Rua São Francisco (Trabalho de conclusão de curso), Universidade Positivo.
- Savage, M; Warde, A. e Ward, K. (2003). *Urban sociology, capitalism and modernity*. Hampshire, Palgrave.
- Serpa, A. (2018). O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Editora Contexto.
- Silva, J. M., Ornat, M. J., & Junior, A. B. C. (2019). O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia*, 3(41), 63-77.
- Smith, K. (2010). Gramsci at the margins: subjectivity and subalternity in a theory of hegemony. *International Gramsci Journal*, 1(2), 39-50.
- Souza, M. L. de. (2010). Com o estado, apesar do estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*, 7(11).
- Vainer, C. (2000). Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In O. B. F. Arantes, C. Vainer, & E. Maricato (Eds.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (pp. 150-169). Petrópolis: Editora Vozes.
- VARGAS, H. C. e CASTILHO, A. L. H. (2009). Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, Manole.
- Wiesemann, U. G. (2002). *Kaingang - Português | Português - Kaingang Dicionário*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança.

Editor(a) responsável: Rodrigo Firmino

Submissão: 18-jun.-2024

Aceite: 02-Apr-2025